

ROVER, Aires José (org.). Direito e Informática. SP: Manole, 2003, 513 p.



SUMÁRIO

- Helene Sivini Ferreira. SOCIEDADE, RISCO E DIREITO.
- Denise Sousa. A INTERNET E AS REDES EM UM AMBIENTE DE INTERDEPENDÊNCIA.
- Luiz Adolfo Olsen da Veiga, Aires J. Rover. DADOS E INFORMAÇÕES NA INTERNET: É LEGÍTIMO O USO DE ROBÔS PARA FORMAÇÃO DE BASE DE DADOS DE CLIENTES?
- Jaime de Carvalho Leite Filho. CYBERTERRORISMO - O TERRORISMO NA ERA DA INFORMAÇÃO.
- JOSECLETO COSTA DE ALMEIDA PEREIRA. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO.
- Celso Luiz Nunes. O TRABALHADOR E A TECNOLOGIA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.
- Patrícia Aurélia Del Nero. BIOINFORMÁTICA E O PROJETO GENOMA HUMANO (PGH): OS NOVOS DESAFIOS PARA O DIREITO.
- Maria Alejandra Fortuny. A VIRTUALIDADE INFORMÁTICA E O SISTEMA FINANCEIRO: PARADOXOS INILUDÍVEIS DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA.
- Paulo Roney Ávila Fagúndez. A VIRTUALIDADE.
- Luis Carlos Cancellier de Olivo. CONTROLE SOCIAL EM REDE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VIRTUAL.
- William Smith Kaku. COMÉRCIO ELETRÔNICO E PODER PÚBLICO BRASILEIRO
- Anderson Alves Elesbão. FUNDAMENTOS DO GOVERNO ELETRÔNICO.
- Jaqueline Maria Quadros. GOVERNO ELETRÔNICO E DIREITO ADMINISTRATIVO.
- Omar Kaminski , Marlon Marcelo Volpi. A EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO BRASIL.
- Alex Cristiano Hammes , Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira, Felipe Hideo Hayashi. GARANTIAS JURÍDICAS NO COMÉRCIO ELETRÔNICO.
- Alexandre Dias Pereira. ASPECTOS JURÍDICOS DOS CONTRATOS DE TELECOMUNICAÇÕES.
- Marco Antônio Machado Ferreira de Melo. DOS LIVROS CONVENCIONAIS AOS LIVROS ELETRÔNICOS.
- Poliana Moreira Delpupo. O CONSUMO NA INTERNET E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR.
- Marcos Wachowicz. O PROGRAMA DE COMPUTADOR COMO OBJETO DO DIREITO INFORMÁTICO.
- Helena Braga Avancini. O PARADOXO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS LIMITES DOS DIREITOS AUTORAIS..
- Djônata Winter. POR UMA NOVA VISÃO FRENTE À PROPRIEDADE INTELECTUAL.
- Alexandre Morais da Rosa. RELACIONAMENTOS VIRTUAIS, DIREITO DE FAMÍLIA E PARADIGMA DO DESAMOR .
- Márcia Aguiar Arend, Max Zuffo DELITOS FISCAIS: VALIDADE DA PROVA OBTIDA EM MEIO

ELETRÔNICO.

Frederico Padre Cardoso. NÃO INCIDÊNCIA DE ICMS NA TRIBUTAÇÃO DE SOFTWARES.

Aires J. Rover. SISTEMAS ESPECIALISTAS LEGAIS: LIMITES E PERSPECTIVAS.

Cláudia Servilha Monteiro. O JUIZ PROTEUS - DECISÕES JUDICIAIS E SISTEMAS ESPECIALISTAS LEGAIS DE BASE ARGUMENTATIVA.

Thais Helena B. Garcia, Tânia C. D. Bueno, Hugo César Hoeschl, Andre Bortolon. SISTEMAS INTELIGENTES NA ERA DO GOVERNO ELETRÔNICO: UMA APLICAÇÃO PARA ENQUADRAMENTO LEGAL NO ÂMBITO DO DIREITO DO CONSUMIDOR.

APRESENTAÇÃO

Muitas transformações estão ocorrendo pelo mundo afora. Até o milênio não é mais o mesmo. Nós mesmos mudamos de tal forma que não nos reconhecemos, pois não conseguimos mais viver sem muletas tecnológicas. Estou falando do celular, do email, do editor de texto, do micro, da tv a cabo, da banda larga (nem tanto), do carro dotado de controles eletrônicos, sem falar de todas as novidades, controles e facilidades que a tecnologia introduziu no dia-a-dia da vida das pessoas em geral.

É evidente que nem tudo mudou. Há espaços ou lugares pouco atingidos por esta onda avassaladora das máquinas ou ferramentas (algumas quase tão inteligentes como o HAL do filme 2001) sobre o ambiente natural em que todos vivemos. Cada vez mais a natureza é antropomorfizada, ou diríamos, artificializada. Talvez, o mais correto seria dizer mediatizada. O homem superou a natureza?

Destes espaços ainda não ocupados temos que garantir que assim permaneçam, pelo menos como opção para os velhos dinossauros, estes cultivados com o passar do tempo e das novidades: o andar pela beira mar contemplando o por do sol, o namoro na praça central sem hora marcada e assim por diante. Não vale a contemplação de fotos pontilhada com suspiros do tipo “está mais bonita que pessoalmente”.

Porém, há lugares que toda a sociedade quer e exige transformação. Exemplo são as salas de aula, ainda tão confortáveis como a 500 anos. Alguma coisa começa a mudar! Podemos também falar do mundo do direito que ultimamente parece ter acordado de seu velho sono entorpecedor, procurando discutir as mudanças que ocorrem e procurando utilizar alguma coisa da fantástica tecnologia da informação disponível. É evidente que não estamos utilizando-a em seu potencial a favor da melhor atuação dos operadores do direito.

O fato é que o direito e a informática são áreas bem diferentes. Porém, hoje é fundamental para o profissional do direito conhecer informática tanto para regulá-la como para utilizá-la. Devido ao seu potencial dinamismo é preciso manter um permanente contato com ela. Isto não é mais que a expressão dos sinais dos tempos atuais em que é fundamental a definição de prioridades, o trabalho em grupo e a interdisciplinaridade. Não podemos esquecer o velho psp (pesquise sem parar). Enfim, não é mais possível conceber um profissional e um conjunto de conhecimentos isolados. A permanência dessa situação em determinada área aponta para, num futuro nem tão distante, o seu iminente colapso.

Entretanto, este não é um problema insolúvel. Sempre há os visionários, os idealizadores, os pensadores e realizadores de coragem e felizmente, há vários exemplos deles nos diversos setores do direito. Acredito que esta obra encaixa-se perfeitamente nessa visão, recolhendo artigos que abrangem diversificados problemas relativos à tecnologia e o direito, cujos autores vão desde jovens mestrandos até profundos conhecedores dessas

discussões. Cabe ressaltar que todos eles têm, de alguma forma, como referencial de seu trabalho intelectual a Universidade Federal de Santa Catarina.

São três as partes organizadas: **os desafios da sociedade em rede, o direito virtual e a informática aplicada ao direito**. Os dois primeiros focos debatendo temas de direito da informática ou direito da tecnologia e o último procurando dar uma introdução prática no mundo da informática jurídica. Todos eles, artigos preocupados em discutir o direito e em propor novos caminhos.

Na primeira parte se reuniu artigos que tinham como referencial principal a nova realidade de uma sociedade mediada pela tecnologia e baseada em redes de informação. Foram aí tratados problemas como o contexto de uma sociedade de risco, ambiente de interdependência, ciberterrorismo, privacidade e sistema financeiro e o mundo do trabalho face às novas tecnologias. Um ponto de vista quase sociológico.

Na segunda parte a discussão centrou-se em temas jurídicos cujos objetos são questões decorrentes daquelas realidades acima relacionadas. Foram tratados assuntos como o governo e o comércio eletrônicos, o direito do consumidor, a propriedade intelectual e os delitos fiscais em face dessas novas relações.

Na última parte a preocupação dos autores foi com a aplicação de ferramentas no mundo do direito, este fortemente permeado por conhecimento complexo e, portanto, mais exigente quanto às tecnologias. Por isto tratou-se especialmente do uso da inteligência artificial. Evidentemente, o uso de sistemas relativamente simples no direito já é corriqueiro, mas deixa a desejar.

Enfim, este é um trabalho fruto de um esforço coletivo de identificar e mapear alguns desafios por que passam a sociedade e o direito atuais e representa uma importante resposta às exigências dos novos tempos.

Finalmente, agradeço a todos os autores pelo esforço e colaboração.

AGRADECIMENTO ESPECIAL ao amigo CANCELLIER DE OLIVO que nos diversos momentos de discussão e de maneira prática ajudou a organizar este material.

Aires José Rover

PhD em Direito

Prof. de Informática Jurídica no Curso de Direito da UFSC